



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

8991

Presidente da Mesa Diretora: José Marcos Martins de Freitas

Espécie: Projeto de Emenda

Categoria: Emendas à Lei Orgânica do Município

Autoria: André Ricardo Alves Martins

Data: 27/10/2015

Descrição Sumária: PROJETO DE EMENDA Nº 04/2015. (NÃO VOTADO). Acrescenta artigo 71-A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros. (Obriga o Prefeito Municipal a apresentar um Plano de Metas de sua gestão).

Controle Interno – Caixa: 04

Posição: 64

Número de folhas: 05

Cópia: Pk
Categoria: LOM
Ex: 04
Ordem: 64
Nº de fls: 03



Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE EMENDA LOM Nº 04/2015

AUTOR:

Ver. Professor André Ricardo

ASSUNTO:

Acrescenta Artigo 71- A à Lei Orgânica do Município de
Montes Claros.

MOVIMENTO

- 1 - _____
- 2 - Entrada em 27/10/2015
- 3 - Comissão de Legislação e Justiça e Especial.
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

GABINETE VEREADOR PROFESSOR ANDRÉ RICARDO

PROJETO DE EMENDA Nº 04/2015 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS – MG.

ACRESCENTA ARTIGO 71-A À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS/MG

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova e o seu Presidente, em seu nome e no uso de suas atribuições promulga a seguinte Emenda:

Art. 1º - Acrescenta o art. 71-A à Lei Orgânica do Município de Montes Claros com a seguinte redação:

Art. 71-A. O Prefeito, apresentará o Programa de Metas de sua gestão, até 90 (noventa) dias após sua posse, que conterá as prioridades, as ações estratégicas, os indicadores e metas quantitativas e qualitativas para cada um dos setores da Administração Pública Municipal, observando as diretrizes de sua campanha eleitoral e os objetivos, as diretrizes, as ações estratégicas e as demais normas da lei do Plano Diretor Estratégico.

§ 1º – O Programa de Metas será amplamente divulgado por meio eletrônico, pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e publicado no Diário Oficial Eletrônico da cidade no dia imediatamente seguinte ao do término do prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 2º – O Poder Executivo promoverá, dentro de 30 (trinta) dias após o término do prazo a que se refere este artigo, o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais.

§ 3º – O Poder Executivo divulgará semestralmente os indicadores de desempenho relativos à execução dos diversos itens do Programa de Metas.

§ 4º – O prefeito poderá proceder a alterações programáticas no Programa de Metas sempre em conformidade com a lei do Plano Diretor Estratégico, justificando-as por escrito e divulgando-as amplamente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

§ 5º – Os indicadores de desempenho serão elaborados e fixados conforme os seguintes critérios:

- a) promoção de desenvolvimento ambientalmente, socialmente e economicamente sustentável;
- b) inclusão social, com redução das desigualdades regionais e sociais;
- c) atendimento das funções sociais da cidade com melhoria da qualidade de vida urbana;
- d) promoção do cumprimento da função social da propriedade;
- e) promoção e defesa dos direitos fundamentais individuais e sociais de toda pessoa humana;
- f) promoção de meio ambiente ecologicamente equilibrado e combate à poluição sob todas as suas formas;
- g) universalização do atendimento dos serviços públicos municipais com observância das condições de regularidade; continuidade; eficiência, rapidez e cortesia no atendimento ao cidadão; segurança; atualidade com as melhores técnicas, métodos, processos e equipamentos; e modicidade das tarifas e preços públicos que considerem diferentemente as condições econômicas da população.

§ 6º – Ao final de cada ano, o Prefeito divulgará o relatório da execução do Programa de Metas, o qual será disponibilizado integralmente pelos meios de comunicação previstos neste artigo.

Art. 2º – Esta Emenda entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala de reuniões da Câmara Municipal, _____ de outubro de 2015

Andre Ricardo A. Martins

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]



Rodrigo Maia de Oliveira
(Rodrigo Cadeirante)
Vereador - Montes Claros - MG

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 27 DE OUTUBRO DE 2015
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO ESPECIAL
EM 27 DE OUTUBRO DE 2015
PRESIDENTE



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 04/2015 que "Acrescenta Artigo 71-A, à Lei orgânica do Município de Montes Claros.", de autoria do Vereador André Ricardo Alves Martins.

Projeto de Emenda à Lei Orgânica enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O projeto sob comento tem como finalidade tornar obrigatório que o prefeito municipal apresente um plano de metas de sua gestão, bem como, que promova ampla divulgação do referido plano de metas pela mídia impressa, radiofônica e televisiva e sua publicação no Diário Oficial Eletrônico.

A apresentação do plano de metas em si, salvo melhor juízo, não traz em si nenhuma ilegalidade, porém, ao impor a obrigação de divulgação do mesmo através de rádio, televisão e imprensa escrita, o projeto em questão cria novas despesas a serem suportadas pelo Poder Executivo sem trazer em seu corpo a receita, ou ainda, cria novas despesas para o Poder Executivo, o que, ao nosso sentir, fere o princípio constitucional da separação dos poderes, neste sentido já decidiu o TJSP:


Processo: ADI 02306685320128260000 SP 0230668-53.2012.8.26.0000
Relator(a): Cauduro Padin
Julgamento: 17/04/2013
Órgão Julgador: Órgão Especial
Publicação: 29/04/2013

Ementa Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei n. 4.654, de 22 de junho de 2012, do Município de Taubaté que "Cria o Plano de Metas no Município de Taubaté". Atos de gestão administrativa de iniciativa do Chefe do Executivo. Iniciativa parlamentar. Violação ao princípio da separação de poderes. Criação de despesas públicas sem fonte de custeio. Criação de inelegibilidade. Matéria constitucional. Lei complementar federal. Ação procedente

Em face ao exposto, o Projeto de emenda à lei Orgânica fere e contraria as disposições constitucionais e seus princípios, pelo que é o mesmo Inconstitucional e Ilegal.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 13 de novembro de 2015.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/MG 78605